

CONTRATO CEDAE Nº 114 /2018 (DS)CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
- CEDAE e a MACIFE SOLUÇÕES EM
MATERIAIS LTDA - EPP, na forma abaixo:

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados, seu Diretor Presidente, Sr. **JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD** e seu Diretor de Esgoto e Saneamento, Sr. **MARCIO DE MELO ROCHA**, doravante denominada **CEDAE** e a empresa **MACIFE SOLUÇÕES EM MATERIAIS LTDA - EPP**, com sede na Rua Califórnia, nº 545 (parte), Penha, Rio de Janeiro - RJ, CEP. 21.020-150, inscrita no CNPJ sob o nº 23.502.141/0001-8, representada neste ato por seu sócio administrador, Sr. **YGOR BARRA RODRIGUES DA ROSA**, cédula de identidade nº 112.395.405 (DETRAN/RJ) e CPF/MF nº 129.034.027-79, residente e domiciliado na Rua Jayme Landman, nº 64, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no **processo administrativo n. E-07/100.004/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 354/2017**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/19/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

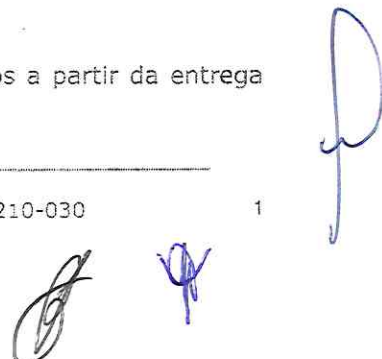
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE TUBO DEFOFO DE 250 MM PARA NOVOS RECALQUES DAS ELEVATÓRIAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS CLÓVIS SALGADO E JARBAS DE CARVALHO"**, itens 01 e 02, consoante, termo de referência, anexo III ao edital.

Itens	Marca/ Referência	Nomenclatura	Unidade	Quantidade
01 (Cota Principal)	AMANCO	Tubo de PVC ponta-bolsa junta elástica para canalização de esgotos pressurizada DN 250.	M	1.170
02 (Cota Reservada)				390

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.



CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 354/2017** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.

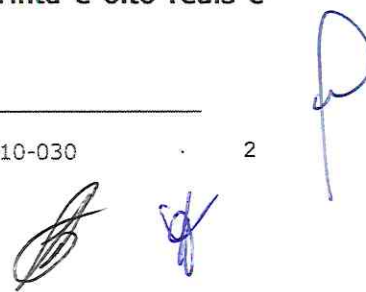
CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33.90.39-18
Programa de Trabalho: 1200226064
Conta Contábil: 161190002
Centro de Custos: DS03000000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000390

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 151.538,40 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)**.



Itens	Nomenclatura	Quantidade (Metros)	Valor Unitário	Valor Total
01 (Cota Principal)	Tubo PVC Ponta-Bolsa Junta Elástica para Canalização de Esgoto Pressurização DN 250.	1.170	R\$ 97,140	R\$ 113,653,80
02 (Cota Reservada)		390	R\$ 97,140	R\$ 37.884,60
Total				R\$ 151.538,40

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de



culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CEDAE deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 151.538,40 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)**, em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.



CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

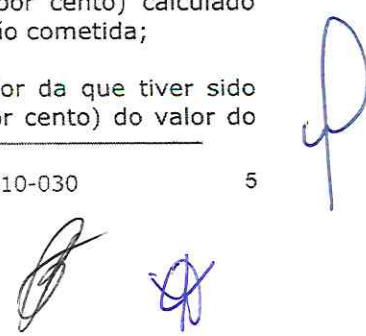
PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do



contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c",



do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: GARANTIAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Como garantia do Contrato e da boa execução do em objeto e para cobertura de eventuais débitos, a CONTRATADA depositou na Tesouraria da CEDAE em 13/03/2018 a importância de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, de acordo com o Art. 56 (cinquenta e seis) da Lei 8.666/93, cujo comprovante está anexo às folhas 405.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Sempre que se fizer necessário, a CONTRATADA deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 1% (um por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula ficará condicionada à autorização, por parte da CEDAE, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA e após o cumprimento total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da



CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no



órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 09 de AGOSTO de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor-Presidente


MARCIO DE MELLO ROCHA
Diretor de Esgoto e Saneamento

Pela **CONTRATADA**:


YGOR BARRA RODRIGUES DA ROSA
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Contr-MACIFE-TUBO DEFCFO-PE 354 -2017-PQ



Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 06.09.2018

PROCESSO Nº E-07/002/102726/2018 - RATIFICAR a inexistência de licitação, em conformidade com o artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1933, em favor de CENOFISCO CURSOS, com vistas à inscrição Priscila Venancio Nunes e Renan de Mattos Rodrigues Lopes, no Curso Relações Tributárias na Fonte: IR, INSS, ISS, PIS, COFIS e CSLL, que será realizado no período de 06 a 10/11/2018, em São Paulo - SP, nos termos da autorização do Diretor-Geral, autoridade ordenadora de despesas.

SUPERINTENDENTE REGIONAL DA BAÍA DE GUANABARA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 06.09.2018

PROCESSO Nº E-07/501.674/2012 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos ao imóvel situado à ESTRADA DE JACAREPAGUA, Nº 6.789 - FREGUESIA (JACAREPAGUA), Município RIO DE JANEIRO-RJ, com base no Parecer Técnico nº 85/18, referente ao processo em referência.

DE 10.09.2018

PROCESSO Nº E-07/101.093/2007 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos ao imóvel situado à RUA CARAVELAS, LOTE 32, QUADRA 77 - GRAMACHO, Município DUQUE DE CAXIAS-RJ, com base no Parecer Técnico nº 100/18, referente ao processo em referência.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTALDESPACHOS DO DIRETOR
DE 06.08.2018

PROCESSO Nº E-07/200033/2004 - INDEFIRO o requerimento de Licença Prévia, em nome do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, com base no Parecer Técnico nº 2303/2018/SEFAM (fls. 24-25), que informa que a empresa não atendeu aos termos das notificações SEFAMNOT/01029529, SEFAMNOT/01076287 e SEFAMNOT/01085845, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 15.08.2018

PROCESSO Nº E-07/002.16409/2013 - INDEFIRO o requerimento de Autorização Ambiental para capina química, em nome de SAPO SANEAMENTO AMBIENTAL PROJETOS E OPERAÇÕES LTDA - EPP, com base no Parecer Técnico nº 23/17, (fls. 94) e despachos (fls. 101 v.), da GELAF, que informam o desinteresse do requerente na continuidade da análise e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/504.410/2009 - INDEFIRO o requerimento de Certificação da Faixa Marginal de Proteção, em nome de EMFOL - EMPRESA DE MINERAÇÃO FONTE LIMPA LTDA - EPP, com base no Parecer Técnico nº 203/2018/SEFAM (fls. 57 e 58), da GELURH, que informa o desinteresse do requerente na continuidade da análise e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 17.08.2018

PROCESSO Nº E-07/2040564/2007 - INDEFIRO o requerimento de Licença Prévia, em nome do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, com base no Parecer Técnico nº 126/2010/GELAF, as fls. 74, que informa a desistência do requerente e nos demais elementos constantes do processo em referência.

DE 21.08.2018

PROCESSO Nº E-07/201527/2008 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, em nome de KOLETUS TRANSPORTADORA E COLETORES DE RESÍDUOS LTDA, com base no Parecer Técnico de Indefinimento de Licença nº GELRAC/SELART-Indefinimento-PT-0275/2018, (fls. 242), que informa que a empresa não atendeu aos termos das notificações GELRACNOT/01018015 e SELARTNOT/010187740, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/510069/2011 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, em nome de TRANSPORTES MORAES E FILHOS LTDA, com base no Parecer Técnico de Indefinimento do requerimento de Licença de Operação nº GELRAC/SELART-Indefinimento-PT-0170/2018, (fls. 211), que informa que a empresa não atendeu aos termos da notificação SELARTNOT/01073560, além de constar como baseada no cadastro do CNPJ, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 22.08.2018

PROCESSO Nº E-07/202061/2001 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, em nome de FEDERAL EXPRESS CORPORATION, com base no Parecer de Indefinimento nº GELRAC-PT-0313/2018, (fls. 377), que informa que a empresa não atendeu aos termos da notificação GEOPFEMNOT/01095040, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 24.08.2018

PROCESSO Nº E-07/503221/2010 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada, em nome de INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, com base no Parecer Técnico nº 161/2018, (fls. 69), que informa a desistência do requerente e nos demais elementos constantes do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/203392/2003 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, em nome de PIGC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com base no Parecer Técnico de Licença de Operação nº 027/2018, (fls. 100-102), que informa que a empresa recebeu, da Prefeitura Municipal de Mau Ambiente de Mangaratiba, a LMO nº 02/2017 para operar a estação de tratamento, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 27.08.2018

PROCESSO Nº E-07/002.612/2015 - INDEFIRO o requerimento de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos, em nome de NATURIK AMBIENTAL LTDA EPP, com base no Parecer Técnico nº 093/2018/SEORH (fls. 56-57), que informa que a empresa não atendeu aos termos da notificação SEORHNOT/01070224, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.1506/2017 - INDEFIRO o requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, em nome de CIEPEL DE PAQUÍ INDÚSTRIA DE PAPEIS LTDA, com base no Parecer Técnico nº 101/2018/SEORH (fls. 70-71), que informa que a empresa não atendeu aos termos da notificação SEORHNOT/01080199, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 28.08.2018

PROCESSO Nº E-07/505461/2009 - INDEFIRO o requerimento de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos, em

nome de POSTO DE COMBUSTÍVEIS MARECHAL ALENCASTRO LTDA, com base no Parecer Técnico nº 262/2018/SEORH (fls. 40), que informa o desinteresse do requerente na continuidade da análise e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/501759/2011 - INDEFIRO o requerimento de Certificação da Faixa Marginal de Proteção, em nome de MAURO DE OLIVEIRA PEREIRA, com base no Parecer Técnico nº 224/2018/SEFAM (fls. 34-35), que informa que a empresa não atendeu aos termos da notificação SEFAMNOT/01066759, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/200164/1996 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, em nome de FÁBRICA DE GELO BANGU LTDA, com base no Parecer Técnico de Indefinimento de Licença nº GELRAC-PT-0323/2018, (fls. 89), que informa que a empresa encerrou suas atividades no local e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/201638/2002 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, em nome de TRANSPREV - TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA LTDA, com base no Parecer Técnico de Indefinimento nº GELRAC-PT-0325/2018 (fls. 412-413), que informa que a empresa encerrou suas atividades no local e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.7773/2013 - INDEFIRO o requerimento de Certificação de Faixa Marginal de Proteção, em nome de PEDRO JOSE NUNES PEREIRA DAS NEVES, com base no Parecer Técnico nº 223/2018/SEFAM (fls. 24-25), que informa que a empresa não atendeu aos termos das notificações SEFAMNOT/01029529, SEFAMNOT/01076287 e SEFAMNOT/01085845, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 21.08.2018

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 14/03/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA, Técnico de Laboratório II e ROBSON PORTO CARDOSO, Engenheiro B, os membros titulares, e JOAO ANGELO GOMES DE SOUZA, Analista de Qualidade C, como membro suplente, Gerente do Contrato JULIO CESAR OLIVEIRA ANTUNES, Agente de Saneamento H e ADILSON FERREIRA BORGES, Analista de Qualidade C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos serviços de "REPEREÇÃO ESTRUTURAL E ADEQUAÇÃO DE 12 FILTROS NA ETA GUANDU" de que trata o Processo E-07/100.185/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.213/2018.

DE 21.08.2018

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 20/02/2018

DESIGNA LEOPOLDO MANHÃES GAMA FILHO, Técnico de Saneamento II, como Presidente, LEANDRO TEIXEIRA PINTO, Engenheiro A, ALEXANDRE PEREIRA MARINS, Engenheiro B, como membros

ID FUNCIONAL	NOME	ESTABILIDADE A CONTAR DE
5071862-2	Ricardo Boanerges Siqueira Junior	06/07/2013

DE 15.02.2012

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e AbastecimentoDESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 22.03.2018

PROCESSO Nº E-02/007/101018/2018 - NESTOR DA SILVA LOPES, Matrícula nº 325766-5 - CONCEDO o Auxílio Funeral.

DE 21.03.2018

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 03.09.2018

PROCESSO Nº E-02/007/101114/2018 - AUTORIZO, conforme dispõe a Resolução SEAPPA nº 63, de 09 de março de 2003, publicada no D.O. do Estado do Rio de Janeiro em 14.05.2009, o cadastro da Medicina Veterinária SABRINA DA SILVA MONTEIRO, na Coordenação de Defesa Sanitária Animal da Superintendência de Defesa Agropecuária desta SEAPPA, para realização de vacinação contra brucelose.

DE 21.03.2018

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOS
DESPACHO DO COORDENADOR
DE 24.03.2018

PROCESSO Nº E-02/004/2012 - PRODUTOS AR DE SUÍNOS ITACOARA LTDA - SIE 106 - AUTORIZO a inclusão e o registro aos produtos listados a fls. 26.

DE 21.03.2018

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOS
DESPACHO DO COORDENADOR
DE 24.08.2018

PROCESSO Nº E-02/000026/2010 - MATADOURO FRIGORÍFICO ESTEVES LTDA - SIE 1193 - AUTORIZO a inclusão dos produtos anexados a fls. 139 a 172.

DE 21.03.2018

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOS
DESPACHO DO COORDENADOR
DE 29.03.2018

PROCESSO Nº E-02/007/2550/2017 - CARNE DE SOL NORDESTINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - AUTORIZO o registro do estabelecimento classificado como Fábrica de Conservas.

DE 21.03.2018

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOS
DESPACHO DO COORDENADOR
DE 29.03.2018

PROCESSO Nº E-02/007/100136/2018 - CARNE DE SOL NORDESTINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - AUTORIZO o registro do produto Carne bovina salgada e curada - Carne de sol.

DE 21.03.2018

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTODEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 28 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO Nº E-02/007/002252/2018 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO PALÁCIO EUCLIDES DA CUNHA.

titulares a, JOSÉ ANTONIO MARQUES FERREIRA, Agente de Saneamento B, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE TUBO DEFOFO DE 250MM PARA NOVOS RECALQUES DAS ELEVATÓRIAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS CLOVIS SALGADO E JARBAS DE CARVALHO" de que trata o Processo nº E-07/100.304/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.020/2018.

DE 21.03.2018

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 31/08/2018

PROCESSO Nº E-17/100.281/2018 - Em conformidade com o art. 26 da Lei nº 8.809/93 RATIFICAR a Dispensa de Licitação - DL nº 012/2018 (DF), com base no artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21/03/93 e suas alterações, em favor de AZIZ KHALIL NEAMAN - CPF Nº 233.004.637-01, no valor de R\$ 54.427,54 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e sete reais cinquenta e quatro centavos), referente à LOCAÇÃO DO IMÓVEL NO MUNICÍPIO ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN, SITUADO NA AV. JOÃO BATISTA FERRINI, Nº 136, FUNDOS - CENTRO - ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN - RJ.

DE 21.03.2018

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 10/09/2018

PROCESSO Nº E-07/100.018/2017 - HOMOLOGAR a licitação por Pregão Eletrônico nº 342/2013 (ASL-OP), realizado em 10/07/2018.

DE 21.03.2018

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIROATO DA PRESIDENTE
DE 30/08/2018

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº E-37/020/14/2013 e nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal e do Decreto Estadual nº 44.812, de 13 de agosto de 2014.

RESOLVE:

RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público, respeitada a validade estabelecida abaixo, do servidor em efetivo exercício em carreira do Quadro Permanente do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro por força da Lei nº 6.087/2011, mencionado a seguir, em decorrência de aprovação na avaliação funcional do estágio probatório, conforme pronunciamento da Comissão de Avaliação de Desempenho constituída através da Portaria PRESITERJ nº 131, de 30 de dezembro de 2014, alterada pelo artigo 26, da Portaria PRESITERJ nº 145, de 07/11/2016, e em conformidade com o que dispõe esta última:

DE 15.02.2012

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão para proceder ao acompanhamento do Processo nº E-02/007/2522/2018, referente a reforma do Palácio Euclides da Cunha, celebrado entre esta Secretaria de Estado e a Empresa MR-NIT Comercial e Serviços Ltda.

MEMBROS

Jorge Alberto Dias Vasconcellos, ID Funcional 26934833 - Presidente;
Ailhiro Tokuda, CAU/RJ A33974-1;
Ricardo Zarour, CREA/RJ 24.149D.

SUBSTITUTOS:

José Luiz Teixeira Magalhães, ID Funcional 20225007;
Jackson Santos Ramalho, ID Funcional 20227574;
Sergio Matta Pares, ID Funcional 269722824.

Art. 2º - Designar, como Gestora do Contrato nº 020/2018, a servidora Daniela Karina da Silva Vargosa, ID Funcional 50074504.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 10 de setembro de 2018

ANTONIO EMILIO SANTOS

Diretor-Geral

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 25 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO Nº E-02/007/002206/2018 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, PERTINENTE AO LOTE 02 DO SHOPPING Nº 0007/2018.

DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão para proceder ao acompanhamento do Processo nº E-02/007/2206/2018, referente a reforma do Escritório do EMATER - RIO em Santo Antônio de Pádua, pertencente ao lote 02 do shopping 0007/2018, celebrado entre esta Secretaria de Estado e a Empresa Fernandes & Fernandes Atividades Paisagísticas Ltda-Me.

MEMBROS

Jorge Alberto Dias Vasconcellos, ID Funcional 26934833 - Presidente;
Ailhiro Tokuda, CAU/RJ A33974-1;
Ricardo Zarour, CREA/RJ 24.149D.

SUBSTITUTOS:

José Luiz Teixeira Magalhães, ID Funcional 20225007;
Jackson Santos Ramalho, ID Funcional 20227574;
Sergio Matta Pares, ID Funcional 269722824.

Art. 2º - Designar, como Gestora do Contrato nº 017/2018, a servidora Daniela Karina da Silva Vargosa, ID Funcional 50074504.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 10 de setembro de 2018

ANTONIO EMILIO SANTOS

Diretor-Geral

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 30 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO Nº E-02/007/002206/2018 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO ESCRITÓRIO DA EMATER-RIO EM SANTO ANTONIO DE PADUA, PERTINENTE AO LOTE 02 DO SHOPPING Nº 0007/2018.

DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais.

CIPO: Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 2.722,98. **PROCESSO Nº** E-07/002.9343/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00148958

NOME: Marcelo Tiburcio. **CNPJ/CPF Nº** 098.523.557-83. **ENDEREÇO:** Rua Dr. Helo de Almeida Pinto - Praça Japará, Município: Valença - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigos 79 e 80 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 2.870,00. **PROCESSO Nº** E-07/002.1223/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00148870

NOME: Posto de Abastecimento Imperial 2000 Ltda. **CNPJ/CPF Nº** 03.447.202/0001-74. **ENDEREÇO:** Praça Leonor Eugênio, 399/400, Município: Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 3.410,87. **PROCESSO Nº** E-07/002.1024/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00148980

NOME: Jorge Ubrayra David. **CNPJ/CPF Nº** 054.480.007-97. **ENDEREÇO:** Rua Heráclito Graça, 163, Município: Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 1.391,34. **PROCESSO Nº** E-07/002.563/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00148772

NOME: OCI Transportes Ltda. **CNPJ/CPF Nº** 27.909.456/0001-25. **ENDEREÇO:** Rua Laudomiro das Mercês Ferreira, nº 25, Município: Nova Friburgo - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigos 76 e 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 121.353,32. **PROCESSO Nº** E-07/002.9333/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00150008

NOME: Ampla Energia e Serviços S/A. **CNPJ/CPF Nº** 33.050.071/0001-58. **ENDEREÇO:** Praça Leonor Ramos, 01, Município: Niterói - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 3.543,32. **PROCESSO Nº** E-07/002.5335/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00148831

NOME: Cargo Transportes Rodoviários Ltda. **CNPJ/CPF Nº** 45.233.648/0001-07. **ENDEREÇO:** Avenida Prefeito Jorge Júlio da Costa Santos, 402, Município: Belford Roxo - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 63 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 5.921,26. **PROCESSO Nº** E-07/002.9135/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149650

NOME: Mandiuba Comércio de Madeiras Material de Construção **CNPJ/CPF Nº** 09.218.555/0001-40. **ENDEREÇO:** Rua Erasto Costa, 307, Município: Macaé - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 722,08. **PROCESSO Nº** E-07/002.16438/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00150396

NOME: Rio Star Indústria e Comércio Ltda. **CNPJ/CPF Nº** 31.925.034/0001-06. **ENDEREÇO:** Rua do Alho, 151, Município: Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 3.531,17. **PROCESSO Nº** E-07/002.15642/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149138

NOME: Tiago Sardinha de Souza. **CNPJ/CPF Nº** 12.195.961/0001-88. **ENDEREÇO:** Avenida Boa Vista, nº 220, Município: Campos dos Goytacazes - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigos 46 e 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 4.053,15. **PROCESSO Nº** E-07/002.893/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEA/00150600

NOME: Joalpa Hotel Cabo Frio Ltda. **CNPJ/CPF Nº** 03.074.216/0001-80. **ENDEREÇO:** Rua das Cravos nº 02, Município: Cabo Frio - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 5.194,47. **PROCESSO Nº** E-07/002.33794/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEA/00150598

NOME: Condomínio do Shopping Itaipu Fashion. **CNPJ/CPF Nº** 02.058.334/0001-29. **ENDEREÇO:** Rua Major Belegard nº 30, Município: Cabo Frio - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 5.194,47. **PROCESSO Nº** E-07/002.30773/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEA/00150605

NOME: Ánima que Eventos Ltda. **CNPJ/CPF Nº** 18.534.771/0001-24. **ENDEREÇO:** Av. Nilo Peganha, nº 1300, Município: Cabo Frio - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 4.253,51. **PROCESSO Nº** E-07/002.131040/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEA/00150604

NOME: Camping Clube do Brasil. **CNPJ/CPF Nº** 33.672.205/0001-44. **ENDEREÇO:** Av. Wilson Mendes nº700, Município: Cabo Frio - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 4.752,94. **PROCESSO Nº** E-07/002.8932/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEA/00150602

NOME: Vally Cardoso do Nascimento Junior. **CNPJ/CPF Nº** 095.853.347-59. **ENDEREÇO:** Rua Cristiane-Rio Mole. Município: Saquarema - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 64 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 5.886,88. **PROCESSO Nº** E-07/002.3366/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEA/00150282

NOME: Genésio Pereira Antunes. **CNPJ/CPF Nº** 107.741.227-49. **ENDEREÇO:** Av. Saquarema, nº 639, Município: Saquarema - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 98 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 174,22. **PROCESSO Nº** E-07/002.12345/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEA/00150601

NOME: Condomínio Edifício Apart Hotel, Malibu. **CNPJ/CPF Nº** 21.450.039/0001-61. **ENDEREÇO:** Av. Nilo Peganha, nº 500, Município: Cabo Frio - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 4.973,71. **PROCESSO Nº** E-07/002.12779/2017.

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA torna público que fará realizar o CREDCIONAMENTO DE LEILÃO:

DATA: 25/09/2018, às 11:00 horas

LOCAL: Avenida Venezuela, nº 110, 4º Andar, Sala 404 - Rio de Janeiro.

AQUISIÇÃO: O Edital e seus anexos estarão à disposição para consulta e/ou aquisição, neste caso mediante a permissão de 01 (uma) Resma de Papel A4 no Núcleo de Licitações, na Avenida Venezuela, nº 110, 4º andar - sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro, no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas, ou podendo, alternativamente, ser adquirido através do site do INEA www.inea.rj.gov.br.

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter maiores informações sobre o Edital, no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 119/2018 (DI).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ACETECNO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA SÃO SEBASTIÃO DO ALTO.

PRazo: 90 (noventa) dias.

VALOR: R\$ 239.996,06 (duzentos e trinta e nove mil novecentos e noventa e seis reais e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 31/08/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.082/2016 (Tomada de Preços nº 104/2018).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 118/2018 (DI).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a PETRANOVA SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL E ADEQUAÇÃO DE 12 FILTROS NA ETA GUANDU.

PRazo: 240 (duzentos e quarenta) dias.

VALOR: R\$ 4.255.106,10 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil cento e noventa e seis reais e dez centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/08/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.185/2017 (CN nº 006/2017).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 114/2018 (DI).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a MACIE SOLUÇÕES EM MATERIAIS LTDA - EPP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBO DEFOFO DE 250 MM PARA NOVOS RECALQUES DAS ELEVADORIAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS CLOVIS SALGADO E JARBAS DE CARVALHO.

PRazo: 60 (sessenta) dias.

VALOR TOTAL: R\$ 151.536,40 (cento e cinquenta e um mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-37/100.004/2017 (Pregão Eletrônico nº 354/2017).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE TERMO**

INSTRUMENTO: TERMO Nº 024/2018 de Ajuste de Contas e Quitação.

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ERNST & YOUNG TERÇO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

OBJETO: Ajuste de contas entre as partes, possibilitando o pagamento dos honorários referentes aos trabalhos DESENVOLVIDOS PARA O CUMPRIMENTO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA AGENERSA N. 051/2015, RELATIVO AOS EXERCÍCIOS 2016 E 2017, prestados pela ERNST.

PRazo: O pagamento à ERNST será feito no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados desta publicação.

VALOR TOTAL: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 30/08/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/102.377/2011.

Omitido no D.O. de 31/08/2018.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo Nº 04 ao CONTRATO CEDAE nº 100/2015 (DI).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ERNST & YOUNG TERÇO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

OBJETO: Inclusão de 11 (onze) sessões de condutores.

PRazo: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: R\$ 218.747,33 (duzentos e oitenta mil setecentos e quarenta e sete reais e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 31/08/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.483/2015 (Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 012/2015).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo Nº 01 ao Contrato CEDAE nº 064/2018 (DI).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CESAR REFORMAS E SERVIÇOS LTDA - EPP.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução das obras.

PRazo: 30 (trinta) dias.

VALOR: Sem alteração do valor contratual.

DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.741/2017 (Tomada de Preços nº 103/2018).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo Nº 01 ao Contrato CEDAE nº 036/2018 (DI).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a BOSCH METAL LIGA LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento.

PRazo: 30 (trinta) dias.

VALOR: Sem alteração do valor contratado.

DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.616/2016 (Pregão Eletrônico nº 336/2017).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo Nº 02 ao CONTRATO CEDAE nº 081/2018 (DI).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEE-RIO.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e acréscimo de 75 (setenta e cinco) vagas de estagiários.

PRazo: 360 (trezentos e sessenta) dias.

VALOR: R\$ 4.880.250,00 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil duzentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.417/2016 (Dispensa de Licitação nº 002/2016 - DI).

Omitido no D.O. de 31/08/2018.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECAÇÃO DE CONTAS DE ÁGUA E ESGOTO.

PARTES: O BANCO DO BRASIL S.A. e a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE.

OBJETO: Ajuste das condições pactuadas para a prestação, pelo BANCO, dos serviços de arrecadação das tarifas e demais receitas públicas da CEDAE e respectiva prestação de contas, por meio eletrônico, dos valores arrecadados, com extensão da prestação dos serviços de arrecadação das tarifas em todos os pontos de atendimento ao BANCO, inclusive por intermédio de terceiros contratados, bem como alterações de cláusulas do Contrato.

PRazo: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: Sem alteração do valor contratual.

DATA DA ASSINATURA: 28/08/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.447/2016.

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda**EXTRATO DE TERMO**

INSTRUMENTO: Termo de Adesão nº 002/2018 - Ao Serviço Voluntário de natureza precária, realizado de forma esporádica, sem contraprestação financeira, sem remuneração, sem vínculo de emprego, obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou outra afim.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAB e Marilza Silva de Freitas - nome fantasia - voluntariado SETRAB.

OBJETO: O serviço voluntário será exercido pelo prestador na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, na unidade Casa do Trabalhador de Magalhães.

PRazo: de 1 (um) ano a partir da data da publicação do seu extrato no DOE/RJ.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 9.608/98, Decreto Estadual nº 3.512/02 e pela Resolução SETRAB nº 857/18.

PROCESSO Nº E-22/031/02/2018.

DATA DE ASSINATURA: 08/08/2018.

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Convênio nº 05/2018 - Sem Transferência de Recursos.

PARTES: Secretaria de Estado do Trabalho e Renda - SETRAB e o Instituto Campanhese de Ensino Superior e a Associação Igreja Metodista.

OBJETO: O Convênio tem por objetivo a cooperação recíproca entre as partes, visando elaborar e executar cursos de qualificação para empreendedores sociais da economia solidária no Município de Teresópolis.

PRazo: Vigorará por 3 (três) meses, contados a partir da data da sua publicação do seu extrato, podendo ser renovado e alterado, exceto o OBJETO, caso seja de interesse dos Participantes, através do Termo Aditivo realizado entre as partes.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, em especial o seu art. 116.

PROCESSO Nº E-22/031/100.020/2018.

DATA DE ASSINATURA: 04/08/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 016/2018 - Sem Transferência de Recursos.

PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAB e o Município de Porto Real/RJ.

OBJETO: Renovar o Convênio Sem Transferência visando à continuidade do Contrato da Unidade de Atendimento SINERJ, que desenvolverá atividades de empregabilidade e geração de renda, no Município de Porto Real/RJ, de acordo com os critérios exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e com a utilização dos sistemas e ferramentas de trabalho adotadas pelo SINERJ.

PRazo: Vigorará, por 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data da publicação do seu extrato, podendo ser renovado e alterado, exceto o Objeto, através de Termo Aditivo, desde que haja manifestação por escrito das partes.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, em especial o seu art. 116.

PROCESSO Nº E-22/031/239/2018.

DATA DE ASSINATURA: 04/08/2018.

Procuradoria Geral do Estado**4º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA****EDITAL**

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos da Resolução PGE nº 4.244, de 02/08/2018, faz saber aos interessados que a Prova Objetiva do 4º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária será realizada na data de 22 de setembro de 2018, sábado, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rua São Francisco Xavier, nº 524, Bloco F, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ.

Os candidatos deverão ingressar nas salas no horário de 10h00 (dez horas) até às 10h30 (dez horas e trinta minutos), quando os acessos serão fechados, considerando-se eliminados do certame os eventuais retardatários.

EDITAL

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos da Resolução PGE nº 4.244, de 02/08/2018, faz saber aos interessados que, após a apreciação dos recursos interpostos contra a decisão de se conceder ou não isenção de pagamento da taxa de inscrição, DECIDIU-SE:

I - DAR PROVIMENTO aos recursos apresentados pelos candidatos abaixo relacionados, para deferir os seus pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição. Em consequência, estes candidatos passam a integrar a listagem de candidatos no Item I de Edital publicado no Diário Oficial de 04.08.2018.

Inscrição	Nome
2018-EST-42-00337	CAROLINE SOUZA VIEIRA NASCIMENTO
2018-EST-42-00336	CEMETRIO CESAR MARTINS BOIVIM

II - NEGAR PROVIMENTO ao recurso apresentado pelo candidato inscrito sob o número abaixo indicado, tendo em vista a ausência integral dos documentos listados nos subitens V.2.1, V.2.1.1 e V.2.2 do Edital de Abertura das Inscrições.

Inscrição
2018-EST-42-00336